

PROTOCOLO

Considerando que:

Os julgados de paz constituem uma forma inovadora de administração da Justiça dirigida aos Cidadãos e, nessa medida, subordinada aos princípios de proximidade, simplicidade e celeridade, em que se reforça a tutela efetiva dos direitos e garantias processuais.

Os julgados de paz estão vocacionados para a participação cívica e responsabilização das partes na superação dos conflitos em que intervêm, uma vez que estas podem optar pela mediação – meio não adversarial de resolução de litígios – ou pelo julgamento pelo juiz de paz, privilegiando-se, em qualquer dos casos, a consensualidade e, contribuindo-se, decisivamente, para a desejada pacificação social.

O Programa de Governo do XXI Governo Constitucional determina a intenção de promoção de mecanismos de resolução alternativa de litígios, designadamente o alargamento da rede dos julgados de paz.

Com a publicação da Lei n.º 54/2013, de 31 de julho, que concretizou a primeira alteração à Lei n.º 78/2001, de 13 de julho (Lei de organização, competência e funcionamento dos julgados de paz), procedeu-se ao aumento da competência em razão do valor dos julgados de paz, de €5 000 para €15 000 e a possibilidade destes tribunais serem constituídos junto de Entidades Públicas de Reconhecido Mérito, sendo a sua competência territorial definida no respetivo ato constitutivo.

Até à presente data, a Rede dos Julgados de Paz resulta da criação e da instalação de julgados de paz, em estreita parceria entre o Estado e o poder local, com abrangência territorial circunscrita ao concelho ou agrupamento de concelhos envolvidos na negociação.

Com a alteração introduzida pela Lei n.º 54/2013, de 31 de julho, abriu-se a possibilidade de estender a Rede de Julgados de Paz junto de entidades que além de públicas na sua natureza, e do reconhecido mérito, tenham interesse em se associar aos Julgados de Paz.

Neste contexto, perspetiva-se que a aproximação da Justiça de Paz com as entidades intermunicipais, cujo estatuto foi aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, represente uma mais-valia, atendendo ao contributo que podem preconizar para o

alargamento da competência territorial da rede dos julgados de paz a mais cidadãos, enquanto associações públicas de autarquias locais vocacionadas para a prossecução conjunta das respetivas atribuições, bem como, à sua especial capacitação para fomentar consensos entre os municípios associados.

A Comunidade Intermunicipal do Oeste, abreviadamente designada OesteCIM, é composta pelos municípios de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras e visa a prossecução conjunta com os municípios associados das respetivas atribuições.

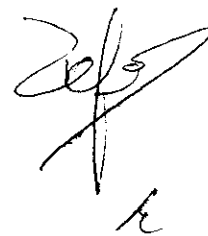
A criação de um julgado de paz com competência ao nível do território abrangido pelos municípios associados da Comunidade Intermunicipal do Oeste, através do alargamento da competência territorial do Julgado de Paz do Agrupamento dos Concelhos de Alcobaça, Caldas da Rainha, Nazaré e Óbidos aos municípios de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Lourinhã, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras e da alteração da sua denominação para Julgado de Paz da Comunidade Intermunicipal do Oeste é um desiderato comum a todos os municípios integrantes da OesteCIM, pois tal permitirá servir melhor as populações daquela região, dotando-as de um serviço de justiça de proximidade, apto a solucionar conflitos, que, a manterem-se, contribuiriam para a deterioração da paz social.

O desenvolvimento de uma nova estrutura de implementação dos Julgados de Paz é uma medida prevista no Plano Nacional de Reformas reveladora do empenho do Governo no desenvolvimento de meios complementares de resolução de litígios. Deste modo assegura-se o acesso aos Julgados de Paz não só dos cidadãos que se encontravam abrangidos pelo anterior agrupamento dos Concelhos de Alcobaça, Caldas da Rainha, Nazaré e Óbidos para agregar toda a comunidade Intermunicipal do Oeste, num total de 12 municípios.

Desta forma, estende-se o acesso à justiça de paz a mais cidadãos que não podem usufruir desta, em virtude de ainda não existir um julgado de paz no seu concelho de residência.

Assim:

O Ministério da Justiça, aqui representado por Sua Excelência a Secretária de Estado da Justiça, Senhora Dra. Anabela Pedroso, e a Comunidade Intermunicipal do Oeste, aqui representada pelo seu Presidente, Exmo. Senhor Dr. Pedro Miguel Ferreira Folgado, celebram o presente Protocolo para a criação e instalação do Julgado de Paz da Comunidade Intermunicipal do Oeste, o qual se rege pelas cláusulas seguintes:



PRIMEIRA



(Objeto)

1. O presente Protocolo tem como objeto regular a instalação, organização e funcionamento do Julgado de Paz da Comunidade Intermunicipal do Oeste.
2. O Julgado de Paz da Comunidade Intermunicipal do Oeste resulta da transformação do Julgado de Paz do Agrupamento dos Concelhos de Alcobaça, Caldas da Rainha, Nazaré e Óbidos num novo Julgado de Paz, cuja competência territorial abarca os municípios de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Lourinhã, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras, o qual se denomina Julgado de Paz da Comunidade Intermunicipal do Oeste.
3. O Julgado de Paz da Comunidade Intermunicipal do Oeste sucede ao Julgado de Paz do Agrupamento dos Concelhos de Alcobaça, Caldas da Rainha, Nazaré e Óbidos.
4. Formalizado o Julgado de Paz da Comunidade Intermunicipal do Oeste, cessam todas as obrigações de natureza administrativa e financeira inerentes ao protocolo do Julgado de Paz do Agrupamento dos Concelhos de Alcobaça, Caldas da Rainha, Nazaré e Óbidos, conforme n.º 2 da cláusula sexta do referido protocolo, que se junta em anexo e que faz parte integrante do presente texto protocolar.

SEGUNDA

(Organização e estrutura do Julgado de Paz)

1. O Julgado de Paz dispõe de uma sede no Município do Bombarral e de delegações locais em todos os demais municípios associados da Comunidade Intermunicipal do Oeste.
2. As delegações locais do Julgado de Paz que funcionam nos municípios associados da Comunidade Intermunicipal do Oeste de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Cadaval e Lourinhã têm competência para todas as valências deste Tribunal.
3. As delegações locais do Julgado de Paz que funcionam nos municípios associados da Comunidade Intermunicipal do Oeste de Caldas da Rainha, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras têm competência limitada à receção de requerimentos.

- 
- 
4. A sede do Julgado de Paz tem competência para todas as valências deste Tribunal e para receber e tramitar processos oriundos de delegações locais limitadas à receção de requerimentos, cuja receção e tramitação não seja atribuída a nenhuma das delegações locais referidas no número 2 da presente cláusula.
 5. As delegações locais dos Municípios de Alcobaça e de Arruda dos Vinhos recebem e tramitam processos provenientes das delegações locais da Nazaré e de Sobral de Monte Agraço, respetivamente.

TERCEIRA

(Obrigações do Ministério da Justiça)

Ao Ministério da Justiça, através da Direção-Geral da Política de Justiça, compete:

- a) Proceder ao acompanhamento da instalação e do funcionamento do julgado de paz;
- b) Promover a formação dos meios humanos que integrem os serviços de atendimento e de apoio administrativo do julgado de paz;
- c) Suportar os encargos relativos à remuneração dos juízes de paz e deslocações em serviço;
- d) Elaborar e atualizar, nos termos da lei, a lista dos mediadores que prestam serviço no julgado de paz;
- e) Suportar os encargos decorrentes da atividade dos mediadores;
- f) Transferir para a Comunidade Intermunicipal do Oeste até 50% das custas a cobrar aos utilizadores do Julgado de Paz da Comunidade Intermunicipal do Oeste, nos termos a fixar na portaria que vier a ser aprovada ao abrigo do n.º 5 do artigo 5.º da Lei n.º 78/2001, de 13 de julho, com a redação da Lei n.º 54/2013, de 31 de julho;
- g) Proceder ao acompanhamento pós-formativo dos meios humanos afetos ao julgado de paz;
- h) Instalar e manter o sistema informático que permita a gestão integrada do julgado de paz com recurso a equipamentos e a *software* devidamente licenciado fornecido pela Comunidade Intermunicipal do Oeste;
- i) Proceder à divulgação do julgado de paz.

QUARTA

(Obrigações da Comunidade Intermunicipal do Oeste)

1. São obrigações da Comunidade Intermunicipal do Oeste:



- a) Disponibilizar as instalações necessárias ao regular funcionamento do julgado de paz, que devem observar o seguinte:
- i) A sede do Julgado de Paz compreende:
 - um gabinete de Juízes de Paz;
 - um gabinete de mediadores;
 - uma sala de audiência de julgamento;
 - uma sala de mediação;
 - uma sala de testemunhas;
 - uma sala de espera;
 - uma sala de apoio administrativo;
 - e uma sala de atendimento.
 - ii) As delegações locais a que se refere o número 2 da cláusula segunda compreendem:
 - um gabinete do Juiz de Paz;
 - uma sala de audiência de julgamento;
 - uma sala de mediação;
 - uma sala de atendimento e sala de espera.
 - iii) As delegações locais a que se refere o número 3 da cláusula segunda compreendem:
 - uma sala de atendimento e sala de espera.
- b) Realizar e suportar os encargos com a execução das obras das instalações, dotando-as de dignidade e privacidade, consentâneas com a utilização que delas é feita;
- c) Dotar as instalações de mobiliário adequado e equipamento informático com *software* devidamente licenciado, assegurando a respetiva manutenção;
- d) Dotar as instalações dos meios de segurança adequados, bem como de sinalética;
- e) Fornecer os bens consumíveis e documentação técnica necessária;
- f) Suportar encargos com o abastecimento de água, fornecimento de eletricidade e, bem assim, as despesas de comunicação de voz e dados;
- g) Assegurar a manutenção e limpeza das instalações;
- h) Suportar os encargos com os meios de pagamento disponibilizados aos utilizadores;
- i) Disponibilizar meios humanos, preferencialmente funcionários das câmaras municipais associadas da Comunidade Intermunicipal do Oeste, para os serviços



de atendimento e apoio administrativo e suportar os encargos referentes à respetiva remuneração;

- j) Suportar os encargos com a aquisição de módulos ou passes de transportes públicos ou facultar o meio de transporte necessário, de forma a permitir a prática do ato de citação ou notificação pessoal das partes ou outras deslocações em serviço que se revelem necessárias;
 - k) Apoiar a divulgação do Julgado de Paz.
2. Serão afetos ao Julgado de Paz pela Comunidade Intermunicipal do Oeste através dos seus municípios os seguintes meios humanos:
- a) No que respeita à sede do Julgado de Paz e às delegações locais previstas no número 2 da cláusula segunda, um técnico administrativo e um jurista, ou só um jurista consoante as efetivas necessidades dos serviços.
 - b) No que respeita às delegações locais previstas no número 3 da cláusula segunda, um técnico administrativo.
3. Em caso de justificada necessidade dos serviços, os meios disponibilizados de harmonia com o número anterior poderão ser objeto de revisão, devendo para o efeito haver acordo expreso e reduzido a escrito entre as entidades parceiras.

QUINTA

(Dotação)



O Julgado de Paz é dotado de:

- a) 2 juízes de paz;
- b) O Julgado de Paz inicia a sua atividade com apenas um juiz podendo ser nomeado mais um juiz de paz, por deliberação fundamentada do Conselho do Julgado de Paz, de acordo com os recursos efetivos disponíveis, o crescimento dos processos entrados e a capacidade de resposta do Julgado de Paz face às pendências registadas;
- c) Os mediadores que constam da lista a que se refere o n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 78/2001, de 13 de julho, alterada pela Lei n.º 54/2013, de 31 de julho;
- d) Elementos do serviço de atendimento e do serviço de apoio administrativo, nos termos do disposto no n.º 2 da cláusula anterior.

SEXTA

(Horário de funcionamento)

1. A sede do Julgado de Paz funciona todos os dias úteis.

- 
- 
2. Para cada uma das delegações locais poderá ser estabelecido um horário de funcionamento mais reduzido, em função da conveniência do serviço, sendo que no mínimo cada delegação deverá funcionar durante o período equivalente a pelo menos dois dias úteis de trabalho por semana, os quais poderão ser subdivididos em frações de um dia de trabalho, em período da manhã e/ou tarde.
 3. O horário de funcionamento do julgado de paz deve assegurar o adequado atendimento na circunscrição territorial por ele abrangida.
 4. O período de funcionamento da sede do Julgado de Paz e de cada uma das delegações locais é definido por acordo entre o serviço do Ministério da Justiça organicamente responsável pela promoção dos julgados de paz e a Comunidade Intermunicipal do Oeste, ouvido o Conselho dos Julgados de Paz, podendo ser alterado pela mesma forma, tendo em vista a maximização da satisfação dos interesses das populações.

SÉTIMA

(Coordenação)

A coordenação, representação e gestão corrente do Julgado de Paz compete ao Juiz de Paz designado pelo Conselho dos Julgados de Paz.

OITAVA

(Vigência)

1. O presente Protocolo vigora pelo prazo de um ano a contar da data da sua assinatura, sendo suscetível de renovação automática por iguais períodos de tempo.
2. As partes podem denunciar o presente Protocolo, desde que manifestem expressamente a sua vontade, por qualquer forma escrita, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data do seu termo ou respectivas renovações.

NONA

(Revisão)

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão sempre que se verifiquem alterações de circunstância, imperiosas e fundamentadas, nomeadamente as decorrentes do efetivo funcionamento do julgado de paz e de orientações e recomendações acolhidas pelo Ministério da Justiça.

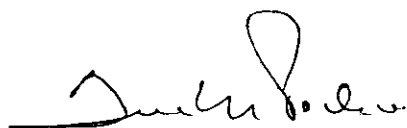
DÉCIMA

(Preparação dos atos constitutivos do Julgado de Paz da Comunidade Intermunicipal do Oeste)

Para efeitos de preparação e publicação dos atos constitutivos do Julgado de Paz da Comunidade Intermunicipal do Oeste, os municípios associados à Comunidade Intermunicipal do Oeste devem comunicar o seu acordo quanto aos termos em que se regula a instalação, organização e funcionamento do Julgado de Paz ao Ministério da Justiça, no prazo de 90 dias contados da data de receção dos projetos de tais atos.

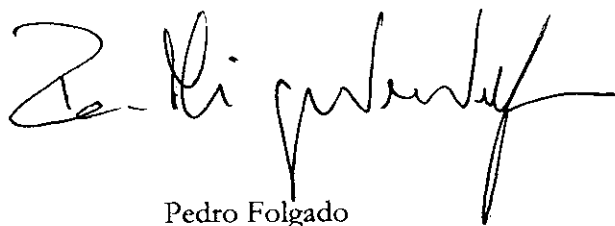
Feito em duplicado, Lisboa, 19 de julho de dois mil e dezasseis.

Pelo Ministério da Justiça



Anabela Pedroso

Pela Comunidade Intermunicipal do Oeste



Pedro Folgado